

RECURSO ESPECIAL Nº 1.698.220 - RS (2017/0234596-0)

RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RECORRIDO : INARA LOPES QUINTANA

ADVOGADO : ALDRONEI NESSI BRAGA - RS078381

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com fundamento no art. 105, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim ementado (fls. 194):

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. APOSENTADORIA DE PROFESSOR. FATOR PREVIDENCIÁRIO. NÃO INCIDÊNCIA.

1. A Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região afirmou a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 29 da Lei 8.213/91, sem redução do texto, e dos incisos II e III do § 9º do mesmo dispositivo, com redução de texto, em relação aos professores que atuam na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

2. Assim, o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição de professor concedido à parte autora deve ser revisado, para que o fator previdenciário seja afastado do cálculo da renda mensal inicial.

Naquela ocasião, o Tribunal *a quo*, para afastar a utilização do Fator Previdenciário do cálculo da aposentadoria da recorrida (professora), adotou fundamentação utilizada na Arguição de Inconstitucionalidade n. 5012935-13.2015.4.04.0000, em que o Pleno daquela corte declarou a inconstitucionalidade do inciso I do art. 29, da Lei 8.213/91, sem redução de texto e dos incisos II e III do § 9º do mesmo artigo, com redução de texto.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No presente recurso especial, o recorrente alega as seguintes teses a saber:

a) violação do art. 949, parágrafo único, do CPC/15. Aduz que o Tribunal *a quo* jamais poderia ter declarado a inconstitucionalidade do art. 29, § 9º, incisos I a III, da Lei 8.213/91, porquanto o dispositivo tido por violado veda a apreciação de inconstitucionalidade quando já houver pronunciamento do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre o Tema.

No caso, segundo o seu entender, o art. 2º da Lei 9.876/99, na parte que deu nova redação ao art. 29, *caput*, incisos, e parágrafos da Lei 8.213/91 já foi declarado constitucional pelo Supremo na ADI 2111, julgada em 16/3/2000, em decisão cautelar, a qual, contudo, adentrou o mérito da demanda.

b) Violação da Lei 8.213/91, art. 29, inciso I e § 9º, II e III. Argumenta que o STF entende que o fator previdenciário é constitucional e que cabe ao STJ analisar se é aplicável aos professores. O STJ, por sua vez, teria pacificado o entendimento de que incide nas aposentadorias dos professores o fator previdenciário.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do julgado, o recurso especial foi admitido na origem.

É o relatório. Decido.

Quanto a este tema específico, compartilhava do entendimento de que a questão havia sido decidida no Tribunal *a quo* com fundamento constitucional, motivo pelo qual, careceria o STJ de competência para julgamento do feito.

Contudo, o Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 1.029.608, julgando a repercussão geral de processo análogo (Tema 960), entendeu, por maioria de votos, pela ausência de matéria constitucional a ser analisada, eis que o tema é decidido unicamente pela aplicação à espécie das Leis 9.876/99 e 8.213/91, sendo a questão constitucional dos autos apenas reflexa, o que não dá ensejo à manifestação daquela corte.

O acórdão ficou ementado, *in verbis*:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DE PROFESSOR. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.

(RE 1029608 RG, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, julgado em 24/08/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-195 DIVULG 30-08-2017 PUBLIC 31-08-2017)

Diante do exposto, tenho que a questão deve ser analisada sob a ótica da legislação infraconstitucional.

E a respeito do tema, esta Corte já concluiu que a Constituição Federal e a legislação de regência não tratam a atividade de professor como atividade especial, de modo a não incidir sobre ela o fator previdenciário, nos termos em que dispõe o art. 29, II, da Lei 8.213/91 para as atividades consideradas insalubres.

Na verdade, a categoria tem apenas uma proteção especial constitucional que lhe garante a aposentadoria em tempo reduzido em relação aos outros trabalhadores, de modo que incide quanto aos professores a norma que prevê a incidência do fator previdenciário, nos termos do art. 29, I, da Lei 8.213/91, com o critério de correção previsto nos incisos II e III do § 9º, do art. 29, da Lei 8.213/91.

Assim, preenchidos os requisitos para a aposentadoria após a

introdução no ordenamento da Lei 9.876/99, que introduziu no sistema o fator previdenciário, tenho que há incidência no cálculo aos professores de educação infantil e ensino fundamental médio.

Nesse sentido, os seguintes precedentes, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO.
APOSENTADORIA DE PROFESSOR. SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO.
FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA.

1. À luz do Decreto 53.831/64 (Quadro Anexo, Item 2.1.4), a atividade de professor era considerada penosa, situação modificada com a entrada em vigor da Emenda Constitucional 18/81 e, consequentemente, das alterações constitucionais posteriores, porquanto o desempenho da atividade deixou de ser considerada especial para ser uma regra "excepcional", diferenciada, na qual demanda um tempo de serviço menor em relação a outras atividades, desde que se comprove o exclusivo trabalho nessa condição.

2. A atividade de professor não é especial em si, para fins de seu enquadramento na espécie "aposentadoria especial" a que alude o art.57 da Lei n. 8.213/91, mas regra diferenciada para a aposentadoria que exige o seu cumprimento integral, o que afasta seu enquadramento às disposições do inciso II do art. 29 do mesmo diploma, que não prevê a utilização do fator previdenciário no cálculo do salário-de-benefício.

3. Amoldando-se a aposentadoria do professor naquelas descritas no inciso I, "c", inafastável o fator previdenciário, incidência corroborada ainda pelas disposições do § 9º do art. 29 da Lei de Benefícios, em que foram estabelecidos acréscimos temporais para minorar o impacto da fórmula de cálculo sobre o regime diferenciado dos professores.

4. Recurso especial improvido.

(REsp 1146092/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 19/10/2015)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO.
APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. FATOR
PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE DE PROFESSOR. INCIDÊNCIA.

1. O STJ firmou entendimento pela aplicação do fator previdenciário no cálculo do salário de benefício da aposentadoria por tempo de serviço/contribuição de professor, quando o segurado não tiver tempo suficiente para a concessão do benefício anteriormente à edição da Lei 9.876, de 1999, como no presente caso.

2. Recurso Especial não provido.

(REsp 1757774/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 16/11/2018)

PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA DO FATOR
PREVIDENCIÁRIO NO CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL -
RMI DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA DE PROFESSOR.
DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 29 DA LEI
N. 8.213/91 PELA CORTE ESPECIAL DO TRIBUNAL DE ORIGEM.
IMPLEMENTAÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO
BENEFÍCIO APÓS A EDIÇÃO DA LEI N. 9.876/99. ADEQUAÇÃO AO
ENTENDIMENTO DESTA CORTE.

1. Trata-se de recurso interposto contra acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, por meio de sua Corte Especial,

"decidiu pela inconstitucionalidade do inciso I do art. 29 da Lei n. 8.213/91, sem redução do texto, e dos incisos II e III do § 9º do mesmo dispositivo, com redução de texto". (fl. 121).

2. Remetidos os autos ao STF para julgamento do recurso extraordinário, a Suprema Corte, em observância ao disposto no art.

1.033 do CPC/15, determinou o retorno a este STJ, asseverando que "O Plenário deste Supremo Tribunal Federal, em sessão realizada por meio eletrônico, no exame do RE nº 1.029.608/RS, Relator o Ministro Edson Fachin, concluiu pela ausência da repercussão geral da matéria versada nesse feito, por não se tratar de matéria constitucional" (fl. 260).

3. É de se aplicar à hipótese, portanto, o entendimento firmado neste Tribunal, no sentido de que, na hipótese de implementação dos requisitos necessários à obtenção do benefício após a edição da Lei n. 9.876/99, não há falar em exclusão do fator previdenciário do cálculo da RMI da aposentadoria por tempo de serviço/contribuição de professor. A benesse conferida pela Constituição a essa importante categoria profissional se limita à redução de cinco anos no seu tempo de contribuição, frente ao tratamento conferido aos demais segurados (art. 201, § 8º, da CF/88).

4. Recurso especial do INSS provido.

(REsp 1672911/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 04/02/2019)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO.
APOSENTADORIA DE PROFESSOR. FATOR PREVIDENCIÁRIO.
INCIDÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INOCORRÊNCIA.

1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido da incidência do fator previdenciário no cálculo do salário de benefício da aposentadoria por tempo de contribuição de professor nas situações em que o docente não completar o tempo suficiente para a concessão do benefício anteriormente à edição da Lei n. 9.876/1999. 2. Não prospera a pretensão de suscitar conflito de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, porquanto a competência das referidas Cortes está bem delimitada na Constituição Federal.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgInt no REsp 1710856/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 12/02/2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI/STJ, dou provimento ao recurso especial para determinar a não exclusão do fator previdenciário no cálculo do salário-de-benefício da aposentadoria por tempo de contribuição de professor, cujo os requisitos para a concessão do benefício foram implementados após a edição da Lei n. 9.876/99.

Em razão do princípio da causalidade, inverte os honorários advocatícios fixados no acórdão recorrido, que ficam com a exigibilidade suspensa em razão do deferimento da justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

